

1 **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA**

2
3 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**
4 **CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**
5 **30 DE JULHO DE 2002**
6

7 Aos trinta dias do mês de julho de 2002, às quatorze horas, teve início a 2ª Reunião Extraordinária
8 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS realizada no Blue Tree
9 Hotel, localizado no Setor de Hotéis e Turismo Norte, Trecho 01, Lote 1B, Blocos “A” e “B” –
10 Brasília, Distrito Federal. Participaram desta reunião o representante do Ministro, Francisco
11 Orlando Costa Muniz, o Secretário do CNDRS, José Eli da Veiga, os Conselheiros Gilson Alceu
12 Bittencourt, Edson Luiz Vismona, Sebastião Azevedo, Rafael Ferreira Rocha Monteiro, Manoel
13 Eugênio Guimarães de Oliveira, Luiz Fernando de Mattos Pimenta, Otávio Azevedo Mercadante,
14 Luiz Camargo de Miranda, Francisco Urbano Araújo Filho, Ruy Born, João Dehon Bonadio, Valter
15 Bianchini, Manoel José dos Santos, Vanderley Ziger, Manoel Cândido da Costa, Luiz Fernando do
16 Rosário Linhares, e os convidados José Ribeiro Silva, representante do Fórum dos Secretários do
17 PRONAF, Mariza M. T. Barbosa, representante da EMBRAPA, Marcio Santilli, representante do
18 ISA. Participaram, também, membros do Grupo Interagencial, Ruben Echeverria e Luís Macagno,
19 representantes do BID, Luís Coirol, representante do BIRD, Gustavo Gordillo e José Tubino,
20 representantes da FAO, Raquel Peña Montenegro, representante da FIDA, Martino Dirven,
21 representante da CEPAL, Rafael Echeverri, Sérgio Sepúlveda e Benedito Rosa do Espírito Santo,
22 representantes do IICA, Herbert Reufels e Nayra Bello, representante da GTZ. **1. Palavra aos**
23 **Presidentes das Câmaras Técnicas, ao INCRA e ao NEAD – 1.1 Diversificação das Economias**
24 **Rurais – José Eli da Veiga** – Informa que a Câmara Técnica precisa avançar no detalhamento das
25 políticas de promoção à diversificação, sendo o maior avanço, a proposta de implantação dos
26 Contratos Territoriais de Desenvolvimento e a percepção da existência do processo nos municípios
27 rurais. **1.2. Acesso a Terra – Edson Vismona** – Informa que a Câmara Técnica não conseguiu
28 consolidar um documento único para a 1ª versão do Plano, mas que o trabalho atual é nesse sentido.
29 **1.3. Fortalecimento da Agricultura Familiar – Gilson Bittencourt** – Informa que a Câmara
30 Técnica buscou fazer uma avaliação do conjunto da 1ª versão do Plano e, no que se refere ao
31 capítulo de Agricultura Familiar, a opção foi por uma análise mais ampla dos problemas e políticas
32 necessárias, não se restringindo ao PRONAF. Assim, a proposta é a construção de um conjunto de
33 Programas (como infra-estrutura, inovação tecnológica, crédito, comercialização, acesso a terra)
34 com foco no desenvolvimento rural. **1.4. Educação Rural – Ana Lúcia Valente** – Em função de
35 compromisso jurídico, o Presidente da Câmara Técnica, Luiz Fernando Pimenta, foi representado
36 pela Sra. Ana Lúcia que contextualizou o trabalho da Câmara, destacando as principais linhas
37 estratégicas adotadas pelo grupo. Ou seja: universalização do ensino básico, com uma proposta
38 curricular contextualizada e associação do ensino profissionalizante à educação formal, com
39 destaque para a pedagogia da alternância. **1.5. Palavra ao Presidente do Incra** – Sebastião
40 Azevedo ressaltou a participação efetiva do Incra na Câmara Técnica de Acesso a Terra e o
41 interesse nas discussões dos demais temas relativos ao desenvolvimento rural. **1.6. Palavra ao**
42 **NEAD** – Édson Teófilo apresentou novo mecanismo de monitoramento, controle e análise das
43 políticas públicas desenvolvido pelo NEAD - o Observatório do Desenvolvimento Rural, que foi
44 detalhado pelo consultor do NEAD, Marcelo Duncan. **2. Palavra ao Presidente do CNDRS** – O
45 Presidente do Conselho foi representado pelo Secretário Executivo do Ministério, Orlando Muniz,
46 que elogiou o processo de construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, ressaltando
47 que ainda estamos no começo do mesmo e temos etapas importantes a concluir. **3. Recomendações**
48 **dos Conselheiros e convidados do Grupo Interagencial à 2ª Versão do PNDRS** – O Conselheiro
49 Luiz Camargo destaca os avanços significativos na elaboração do PNDRS como a estratégia de
50 incentivo ao micro-crédito, do crédito para atividades não agrícolas e a bem colocada questão do
51 ZEE. Ressalta, ainda, a importância da inserção da agricultura familiar no comércio exterior, da
52 busca de uma Educação de qualidade e preparatória para a diversificação da economia e da
53 universalização dos serviços de comunicação. Em seguida, o Conselheiro Francisco Urbano coloca
54 a questão da dificuldade do financiamento para as atividades não agrícolas, sendo talvez necessária

55 a desvinculação do Manual de Crédito Rural, mantendo-se as mesmas bases de financiamento. Com
56 relação ao Programa de Acesso a Terra, acredita ser um equívoco considerar o arrendamento como
57 instrumento de acesso a terra, sendo possível considerá-lo como instrumento de geração de renda e
58 de oportunidade de emprego. O conselheiro Edson Vismona concordou com esse ponto de vista em
59 manifestação subsequente. O Conselheiro Manoel dos Santos acredita ser necessário a inclusão,
60 como política de governo, de um Programa de Reforma Agrária, onde se incluiria não só
61 instrumentos de acesso a terra. Reforça que a questão do arrendamento não resolve a problemática
62 do acesso a terra, considerando-o como instrumento de “remendo”. Acrescenta, ainda, a importância
63 de envolver todos os Ministérios na discussão do PNDRS, como forma de transformá-lo em política
64 de governo. Por último, destaca o PRONAF como programa que mais avançou para a área rural,
65 mas que desde 1994 estagnou, sendo necessário resolver questões como diminuição da burocracia e
66 saída do PRONAF “B” das regras do Manual de Crédito. O Conselheiro Gilson Bittencourt aponta a
67 necessidade de articular mais os Programas no Plano. Destaca como avanço do PNDRS a proposta
68 de apoio ao sistema de cooperativas de crédito, em função do alto custo e insuficiente alcance do
69 sistema financeiro. Considera, também, um avanço a proposta de articulação dos municípios e a
70 introdução de uma visão territorial do Rural Brasileiro. José Tubino, da FAO, sugere incluir anexo
71 no Plano com referência aos projetos que estão em desenvolvimento no Brasil e replicar o diálogo
72 com as agências multilaterais e financeiras no país. Benedito Rosa, Diretor do IICA no Brasil,
73 inicialmente coloca a disposição de colaborar para implantação do Plano. Em seguida, enfatiza a
74 necessidade de maior integração das políticas sociais ao Plano; de maior clareza na definição das
75 políticas de incentivo à diversificação e de definição de metas. Pedro Sisnando, da Secretaria de
76 Desenvolvimento Rural do Ceará, critica a ausência de uma política de convivência com o semi-
77 árido, a exemplo do Seguro-safra. Marisa Barbosa, da Embrapa, levanta a importância de considerar
78 no Plano o acesso à informática e aos meios modernos de comunicação para o rural brasileiro. O
79 conselheiro Valter Bianchini ressalta o papel dos arranjos institucionais com valorização das
80 iniciativas municipais e locais para o processo de desenvolvimento endógeno e acrescenta a
81 necessidade da regulamentação das pequenas agroindústrias. Márcio Santilli, do ISA, elogia a 1ª
82 versão do Plano, considerando ter convergência nos pontos fundamentais como definição do rural e
83 necessidade de articulações institucionais com participação social. O Conselheiro Luiz Fernando
84 Linhares, da Fundação Palmares, discorre sobre a importância dos remanescentes de quilombos e
85 propõe tratamento específico a essas comunidades. José Ribeiro, Presidente do Fórum dos
86 Secretários Executivos do PRONAF, enfatiza que o Plano deveria ousar nos procedimentos para a
87 implementação das políticas de desenvolvimento rural. Sebastião Azevedo coloca sua preocupação
88 quanto aos aspectos doutrinários legais constitucionais e infraconstitucionais do Plano, sobretudo
89 com relação à reforma agrária. O Secretário do CNDRS, José Eli informa que, quanto ao acesso a
90 terra a Câmara Técnica está coberta pela área jurídica, pois é presidida pelo doutor Vismona e conta
91 como membro nato o presidente do INCRA, que também é da área jurídica. O conselheiro Luiz
92 Fernando Pimenta coloca que o Plano deverá avançar nas propostas mais programáticas, entre elas a
93 questão territorial e a questão da microrregião como unidade estratégica. Ressalta que o Plano deve
94 contemplar como os processos de educação influirão no empreendedorismo, protagonismo e as
95 relações dos programas com essas ações. Rubens Echeverria felicita aos participantes pelo nível das
96 discussões, deseja êxito na finalização do Plano e, mais do que tudo, na sua implementação.
97 Enfatiza que o Observatório de Desenvolvimento Rural será um instrumento importante na
98 implementação do Plano e resumiu suas três principais funções: informação; debates de políticas e
99 articulação de ações das entidades e de outras instituições que não estão neste grupo. Orlando
100 Muniz agradece a presença dos representantes dos organismos de cooperação e financiamento
101 internacional presentes, bem como dos demais participantes da reunião. Nada mais havendo a tratar
102 e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.